



RESENHA

Novas perspectivas sobre o federalismo da Primeira República*New Perspectives on Federalism of the First Republic**Nuevas perspectivas sobre el federalismo de la Primera República***Antonio Gasparetto****Júnior¹**orcid.org/0000-0001-7844-0055antonio.gasparetto@gmail.com**Recebido em:** 8 jun. 2020.**Aprovado em:** 22 jul. 2021.**Publicado em:** 17 nov. 2021.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Unidos Perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*. Curitiba: CRV, 2017.

As abordagens esquemáticas da Primeira República são tradicionalmente reproduzidas na historiografia ressaltando aspectos do período que passam, por exemplo, pela prática recorrente de eleições fraudadas com ausência de competitividade e, por sua vez, pela estabilidade do regime construída a partir da política dos governadores estruturadas por Campos Sales. Como experiência republicana pioneira no Brasil, a Primeira República é, por conta disso, muitas vezes entendida como arcaica, simplista e pragmática em sua explicação. No entanto, pesquisas recentes têm lançado luz sobre o período e revelado com mais clareza suas complexidades, ambiguidades e contradições. De modo muito mais rico como abordado antes, o regime revela conflitos e conciliações marcados por suas especificidades que nos ajudam a compreender melhor sua complexidade, bem como oferecem ferramentas de compreensão para o desenvolvimento da República e da democracia no Brasil.

Nesse perfil revisionista, a Primeira República tem sido reavaliada sob novos questionamentos e novas fontes em estudos produzidos nas últimas décadas. De tal modo que novas abordagens sobre sua complexidade política, social, econômica e cultural têm proporcionado o enriquecimento do debate, a superação de sua desqualificação na historiografia e têm contribuído para uma melhor compreensão do funcionamento do regime republicano brasileiro que, em 2019, completou 130 anos de vigência com suas alternâncias entre momentos mais democráticos e momentos em que predominou o autoritarismo. Nesse sentido, afastou-se de abordagens tradicionalmente esquemáticas sobre a Primeira República, que, hoje, incorporam, por exemplo, noções mais complexas sobre o funcionamento das eleições (RICCI; ZULINI, 2012); o recorrente uso do estado de sítio (GASPARETTO JÚNIOR, 2019); as organizações de trabalhadores em mutuais e sindicatos (MAC CORD; BATALHA, 2014); as dimensões da



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil.

pobreza no Brasil urbano (HANNER, 1993); a atuação do Poder Judiciário (PINTO; CASTRO, 2019); e as transgressões femininas impulsionadas pela música (CARLONI, 2019).

Como parte desse movimento revisionista, o mais recente livro de Cláudia Viscardi, *Unidos Perderemos* (2017), apresenta suas contribuições para a melhor compreensão da Primeira República no que se refere à estruturação do modelo federalista adotado. Mais especificamente ainda, há, sobretudo, uma crítica à suposta estabilidade proporcionada pela aplicação da política dos governadores, cujo termo, por sinal, também é atualizado para política dos estados. Em uma abordagem do federalismo nacional, a historiadora procura entender a lógica de sua criação e de seu funcionamento. Apropriando-se de instrumentos da "nova história política", Viscardi se empenha em articular o fato e o discurso sobre o fato, valendo-se também da História Intelectual do Político. Bem como fundamentos da História dos Conceitos e técnicas prosopográficas.

Unidos Perderemos está dividido, então, em cinco capítulos. Uma coletânea de textos previamente apresentados pela autora e debatidos com seus pares em eventos acadêmicos. Uma combinação que se justifica pela apresentação de uma abordagem alternativa envolvendo novos conceitos e novas técnicas aplicados a fontes já utilizadas em outras pesquisas.

No primeiro capítulo, "A República Como Aspiração", Viscardi aborda o movimento republicano no Brasil por meio de dois manifestos. O primeiro, mais difundido até mesmo em livros didáticos, da década de 1870. E o segundo, bem menos mencionado, da década de 1880, o "Manifesto Republicano do Pará". Ao cruzar esses dois documentos, a historiadora procura revelar os valores e os projetos da cultura política republicana brasileira percebendo, sobretudo, o que se encontra nas entrelinhas de tais textos. Ou seja, compreendendo os conceitos utilizados, suas figuras de linguagem e os diálogos que estabeleciam com outras obras, autores e personagens políticos da época. Dessa forma, Viscardi depura as camadas existentes na elaboração de produtos intelectuais para apontar

que a intenção reformista de 1870 se transmutou em um projeto revolucionário em 1886.

O segundo capítulo, "A República Como Norma", é uma das mais importantes contribuições da historiadora para o estudo sobre a legislação da Primeira República. Isso porque, pela primeira vez, apresenta-se um estudo comparativo das Constituições Estaduais do período. São cruzadas as normas da federação com as normas das unidades federadas para se verificar como a cultura política republicana se refletiu nos textos fundadores do regime. Assim, ao se relacionar os dois primeiros capítulos do livro, é possível perceber como ideias repercutiram nas práticas, ou, em outros termos, como a aspiração se materializou em normas. Para isso, foi feito um extenso levantamento biográfico dos constituintes e a análise comparativa dos textos produzidos no país. A pesquisa reforça a complexidade do período ao demonstrar a heterogeneidade para diversos aspectos apontados na Constituição nacional e na sociedade da época.

No terceiro capítulo, "A República Como Experiência", a proposta é verificar como os princípios de federalismo e de soberania popular, presentes nos dois manifestos e nos textos constitucionais, foram colocados em prática. Viscardi aborda, então, os mecanismos criados para limitar a participação do povo nas definições do novo regime. Valendo-se da História dos Conceitos, o capítulo é muito rico em sua apreensão sobre os significados de povo, de democracia, de representação e de cidadania no final do século XIX. Para se alcançar essa compreensão, a autora utiliza dicionários publicados no decorrer do século XIX e manifestações de seus personagens políticos. Aqui, sua maior contribuição talvez seja a respeito da competitividade política do período. Ainda que houvesse alguma dominância do processo político, isso não excluía a competitividade entre as elites e a interferência das oposições, gerando um sistema político que, embora excludente, era continuamente renovado. Viscardi ressalta, inclusive, uma nova interpretação sobre a violência política da Primeira República, de maneira que a fraude e o controle dos votos não seriam

necessários em um contexto não competitivo. Logo, isso contribuiria para a construção de um mecanismo de controle em vários níveis que iria compor a política dos estados.

O quarto e o quinto capítulo interagem sobre a política dos estados de Campos Sales, sobressaltando a relativização de seu aspecto estabilizador da República. Em "A República Como Ordem", Viscardi se dedica ao pensamento político de Sales detalhando as suas concepções sobre o federalismo, o funcionamento do parlamento, dos partidos, das eleições, o republicanismo, o presidencialismo, as oposições e os problemas econômicos. Perscrutar esses elementos a permitiu compreender como se estruturaram suas ideias sobre a República e as reformas que carecia para um funcionamento que consideraria adequado. Mais uma vez, são analisados dois documentos de momentos distintos de sua atuação política. O primeiro, sua plataforma eleitoral, de 1897, que continha o seu plano de governo. O segundo, seu livro de memórias, publicado em 1907, acerca de seu governo. Como um dos Presidentes mais mal avaliados popularmente na história do Brasil, Campos Sales esforçou-se verdadeiramente em construir um discurso positivo sobre sua administração. Ressaltando seus feitos em seu livro de memórias, que conquistou o apoio de seus contemporâneos e fixou uma imagem favorável na historiografia produzida nas décadas seguintes, sempre muito vinculadas ao antigo Presidente.

Em "A República Como Desordem", enfoca-se, especialmente, a reforma desenvolvida por Campos Sales para avaliar o seu efetivo impacto. Assim, a partir de regimentos da Câmara Federal, dos anais parlamentares, de diários do Legislativo e de leis eleitorais da Primeira República, Viscardi avaliou as alterações no processo de verificação dos poderes, procedimento que validava ou anulava o resultado das eleições no período. Apropriando-se de diferentes indicadores, analisou as contribuições da política dos estados para a suposta estabilização da República. Diante do que foi levantado, a historiadora contesta o caráter estabilizador da política dos estados concluindo que, sozinha, ou não foi capaz de promover a propagação estabiliza-

ção ou ela nem mesmo ocorreu. No seio de uma historiografia revisionista da Primeira República, a pesquisa de Viscardi demonstra que qualquer relativa estabilidade do regime foi resultado de um conjunto de ações que vão além de somente considerar a reforma de Campos Sales.

A releitura promovida por Cláudia Viscardi não pode parar em *Unidos Perderemos*. Na verdade, seu recente livro deve ser lido como introdutório de outro publicado anos antes, *O Teatro das Oligarquias* (2012). O conjunto da obra coloca em evidência duas questões tradicionalmente abordadas sobre a Primeira República, a política dos estados e a política do café com leite. Produzidos em ordem inversa, o primeiro deles (2012) relativiza os impactos da mencionada estabilização do regime de Campos Sales e a consonância entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, enquanto o segundo livro (2018) regressa ao contexto que propiciou a formulação da política dos estados por Campos Sales. Ambos são de leitura obrigatória para compreensão da complexidade dos mecanismos da Primeira República.

Referências

- CARLONI, K. "Requebrando os Quadris": jazz e transgressão feminina nas revistas ilustradas cariocas da década de 1920. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 25, n. 2, p. 79-99, 2019.
- GASPARETTO JÚNIOR, A. *Atmosfera de Plomo: las declaraciones de estado de sitio en la Primera República brasileña*. Valência: Tirant lo Blanch, 2019.
- HANNER, J. E. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil (1870/1920)*. Brasília: EdUnB, 1993.
- MAC CORD, M.; BATALHA, C. H. (org.). *Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Unicamp, 2014.
- PINTO, S. C. S.; CASTRO, T. S. O Poder Judiciário na Primeira República: revisitando algumas questões. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 25, n. 2, p. 37-58, 2019.
- RICCI, P.; ZULINI, J. "Beheading", Rule Manipulation and Fraud: the approval of election results in Brazil, 1894-1930. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 44, n. 3, p. 495-521, 2012.
- VISCARDI, C. M. R. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- VISCARDI, C. M. R. *Unidos Perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*. Curitiba: CRV, 2017.

Antonio Gasparetto Júnior

Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Juiz de Fora, MG, Brasil, com estágio de doutoramento pela Université Paris IV – Sorbonne, em Paris, França. Pós-doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil. Professor do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Juiz de Fora, MG, Brasil.

Endereço para correspondência

Antonio Gasparetto Júnior
Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
36036-900
Juiz de Fora, MG, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.